



DOI: 10.12957/transversos.2023.78625

MEMÓRIAS DA DITADURA E DA RESISTÊNCIA NO CENTRO DA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO¹
MEMORIES OF DICTATORSHIP AND RESISTANCE IN DOWNTOWN
RIO DE JANEIRO

Samantha Viz Quadrat
Universidade Federal Fluminense
samanthaquadrat@id.uff.br

Resumo:

O Rio de Janeiro foi local de importantes acontecimentos desde o golpe de 31 de março de 1964. Cidade onde estavam concentrados o movimento estudantil secundarista e universitários, o Rio de Janeiro assistiu ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, quando a polícia invadiu o Restaurante Calabouço. O objetivo desse artigo é analisar como a partir do assassinato do Edson Luís podemos pensar em trajetos históricos no centro do Rio de Janeiro que abordem a questão da violência ditatorial e da resistência. Destacando que alguns desses lugares não existem mais fisicamente, como o próprio Calabouço, mas fazem parte do imaginário da cidade. Nesse sentido, o trajeto aqui abordado dialoga com a questão da memória, com as transformações da cidade e com as políticas de memória pensadas para a história recente do país.

Palavras-Chave: memória, Rio de Janeiro, ditadura civil miliar, movimento estudantil

Abstract

The city of Rio de Janeiro was the stage of important events that began with the coup d'état of March 31st, 1964. A city with an important concentration of secondary and university student movements, on March 28th, 1968, Rio became the site of the murder of high school student Edson Luís de Lima Souto, when police invaded a local restaurant, the Calabouço. Our purpose here is to analyze how, beginning with Edson Luis' assassination, we can trace historical trajectories emerging in the central region of the city that are connected both to the violence of the dictatorship and to forms of resistance. We highlight the fact that although some of the important landmarks of the time are no longer standing, they live on in the imaginary of the city. In this vein, the paths we take here are conversant with issues of memory, the transformation of the city and the politics of memory, as they pertain to Brazil's recent history.

Keywords: memory, Rio de Janeiro, civil-military dictatorship, student movement

¹ Dedico esse texto aos discentes da turma História e Museus, 1º semestre de 2022, do curso de graduação em História da UFF. A primeira turma presencial ainda nas inseguranças da pandemia. A reflexões conjuntas, o primeiro roteiro e a alegria do retorno às aulas foram fundamentais naquele momento.

Introdução

O Rio de Janeiro ocupa um papel fundamental na história da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Nas ruas do então estado da Guanabara ocorreram fatos decisivos no cenário que precede o golpe de 31 de março de 1964, como a rebelião do Marinheiros, o Comício da Central, o discurso do Automóvel Clube. Viveu ainda momentos de tensão pela proximidade geográfica dos Palácios Laranjeiras e Guanabara, onde estavam respectivamente apoiadores do governo constitucional e golpistas. Foi ainda protagonista de acontecimentos marcantes da ditadura e da redemocratização, como a destruição do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), a passeata dos 100 mil, o primeiro sequestro de um representante de governos estrangeiros, como do embaixador estadunidense Charles Elbrick, e caos emblemáticos de desaparecimentos e assassinatos, como de Zuzu Angel e seu filho Stuart, da explosão da bomba do Riocentro. Poderia seguir citando acontecimentos que fazem parte da história e da memória da ditadura, de uma cronologia nacional do período. No entanto, o objetivo desse texto é analisar como as ruas da cidade podem nos ajudar a contar essa história.

O golpe civil-militar, que derrubou o presidente João Goulart, foi o ponta pé inicial para a construção de um regime ditatorial que durou 21 anos. Construído em parceria das Forças Armadas e setores da sociedade civil brasileira, a ditadura integrou um quadro mais amplo de regimes semelhantes na América Latina entre os anos 1960 e 1990. Os anos ditatoriais apresentaram uma intensa e permanente vigilância e perseguição política, que muitas vezes culminavam com prisões, ameaças, torturas, desaparecimentos e assassinatos políticos. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, o Brasil contabiliza 434 mortos e desaparecidos, sem contar indígenas e população camponesa atacados e de difícil contabilização do impacto da repressão. Além desses métodos, a ditadura usou ainda como práticas de violência política a censura, o exílio, o fechamento de partidos políticos e intervenções no Congresso Nacional e em associações como sindicatos, representações estudantis, dentre outros.

1. A luta por memória, verdade e justiça no Brasil

Desde a retomada à democracia, em 1985, vemos iniciativas e pressão dos que Elizabeth Jelin (2001) chamou de empreendedores de memória. Trata-se de pessoas e/ou de grupos de dentro e fora das instâncias governamentais que levam adiante ações por memória, verdade e justiça. Essas três palavras são demandas ímpares dos movimentos de direitos humanos,

militantes, familiares e atingidos direta ou indiretamente pelas ações ditatoriais. No caso brasileiro, lamentavelmente caminhamos vagarosamente no que diz respeito à justiça. Mesmo no III Programa Nacional de Direitos Humanos, de 2008, o tema não aparece. O Eixo Orientador VI diz respeito exclusivamente à memória e à verdade, onde a diretriz 24 encaminha propostas de preservação da memória histórica e a construção pública da verdade, onde museus e lugares referentes à ditadura teriam um papel fundamental no alcance desses objetivos. No entanto, como veremos no decorrer desse texto, muitos são os lugares que foram demolidos, sem nenhuma sinalização ou preocupação em criar um patrimônio histórico ligado ao período.

Outro ponto importante sobre memória, verdade e justiça em nosso país diz respeito à ampliação da lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, mais conhecida como a lei de anistia, que vem ocorrendo desde a presidência de José Sarney (1985-1990), evidenciando que a anistia só foi ampla, geral e irrestrita para os agentes do Estado envolvidos com violações dos direitos humanos. Além disso, foram criadas as Comissões Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), a da Anistia (2002) e a Nacional da Verdade (2011), que abriu caminho para uma série de outras comissões em instâncias estaduais e municipais. Junto com essas comissões, que receberam elogios, mas também críticas consistentes e embasadas, foi assinada a lei nº12.527, de 2011, mais conhecida como lei de acesso (à informação), uma demanda antiga, desde quando se gritava “abram-se os arquivos”, lá nos idos dos anos 1980, que tem a ver com a construção da verdade sobre a ditadura.

Embora sejam iniciativas importantes, que devem ser valorizadas como políticas de memória, verdade e justiça, precisamos avançar e para isso um maior interesse por parte do poder público é fundamental. Nota-se a ausência de museus sobre o tema e da manutenção e recuperação de lugares de memória, notadamente de locais vinculados à repressão política. Nessa área destacam-se somente o trabalho do Memorial da Resistência, em São Paulo, e do Forte do Barbalho, em Salvador, ambos frutos do trabalho dos empreendedores de memória dessas cidades. Outros espaços, como o prédio histórico do DOPS-RJ foi concedido para ser o Museu da Polícia Civil; a Casa da Morte, em Petrópolis, enfrenta dificuldades em seu tombamento/desapropriação; os presídios Tiradentes-SP e Frei Caneca-RJ foram demolidos e não restou nada ou quase nada. No mais, vimos iniciativas isoladas com nomes de ruas, praças, ciclovias e monumentos em Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo.

No entanto, essas ações são cíclicas e atendem mais a políticas de governo do que a duma

política de Estado. Tudo pode mudar a qualquer momento de acordo com o grupo político no poder. Nos últimos anos, isso ficou ainda mais claro com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que oscilou entre uma visão negacionista sobre a ditadura e a valorização da ação da repressão, tendo como referência o coronel Carlos Brilhante Ustra.

O relato de experiência realizado nesse texto é uma tentativa de contribuir em ações de construção de memória e se soma a outras experimentações, como o projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre.² É uma reflexão sobre a relação da cidade não apenas como um simples cenário onde as coisas aconteceram, mas também como protagonista, como um ser que interage com o que está acontecendo. É ainda uma iniciativa oriunda do projeto O ensino de temas sensíveis e lugares de consciência nas Américas, com o qual fui contemplada com uma bolsa de produtividade do CNPq para o período entre 2016-2018. Além das publicações e apresentações de trabalhos, cursos na pós-graduação, na graduação e oficinas para professores da educação básica, foi criada a conta @lugaresdememoria_, no Instagram, na qual analiso diversas experiências de recuperação e/ou criação de espaços de memória no Brasil e no exterior. Nesse sentido a cartografia do movimento estudantil a partir da trajetória do Edson Luís de Lima Souto é uma ação desse projeto. A escolha de criar esse trajeto corresponde a alguns pontos/inquietações que considero fundamentais. O primeiro ponto corresponde a um certo silenciamento sobre o movimento estudantil secundarista. Pouco se estudou sobre suas associações e ações. Quando se fala do movimento estudantil no Brasil, a UNE é - e com toda razão - a protagonista, mas os secundaristas não podem ser lidos como coadjuvantes. Alguns irão para a luta revolucionária, como Franklin Martins, aluno do Colégio da Aplicação da UFRJ, onde começou a sua militância política. No entanto, a sua origem acaba muitas vezes silenciada. O segundo ponto diz respeito a um consenso entre os pesquisadores da ditadura, ou seja, que o assassinato do Edson Luís “abre” o emblemático ano de 1968, inaugurando uma série de protestos contra o governo que envolveram setores que até então estavam ausentes. Nesse sentido, o assassinato de Edson Luís é por si só um lugar de memória como pensado por Pierre Nora (1993). O terceiro diz respeito ao fato de incentivar a incorporação de outros temas da história do Brasil e do Rio de Janeiro. E, por fim, o quarto ponto que é permitir ver coisas tanto dentro da ditadura quanto do próprio movimento estudantil.

² Ver a conta @caminhosdaditadura_poa na rede social Instagram.

2. A emblemática morte de Edson Luís e a criação de um roteiro no centro do Rio de Janeiro: as possibilidades do turismo de memória

Nas últimas décadas tem crescido o que ficou conhecido como turismo de memória (Teklik e Mesnard, 2011), pessoas que viajam pelo mundo interessadas em ver onde “a história aconteceu”. Nesse sentido, visitam ex-campos de concentração na Europa, plantation no sul dos Estados Unidos, quilombos, ex-centros de repressão na América Latina. Não à toa, as secretarias de turismo de países como Argentina e Chile já incluem em suas páginas oficiais informações sobre esses espaços. Atuam em parceria com pesquisadores e organizações que criam roteiros, aplicativos e marcações. Demonstrando a força, inclusive econômica, que esse tipo de turismo apresenta de retorno. Há inclusive agências de viagens especialistas no tema e na criação de roteiros. Todo esse quadro deixa claro que não há o que “temer” com a abertura desses espaços em nossas cidades.

Em particular, o centro do Rio de Janeiro reúne importantes marcos sobre a história nacional. É o local de conhecidos trajetos históricos, como da Igreja da Candelária para a Central do Brasil ou da mesma igreja para Cinelândia. Mudanças recentes na Avenida Rio Branco afetaram esse segundo caminho, mas ainda assim as manifestações seguem sendo realizadas.

O nosso trajeto tem início na porta do atual Museu Histórico Nacional. O prédio do museu reúne um conjunto arquitetônico iniciado com a construção da Fortaleza de Santiago, em 1603, na chamada ponta do Calabouço. O lugar foi bastante alterado ao longo dos séculos, destacando-se a construção do Aeroporto Santos Dumont (1936), que aterrou uma parte da praia, e, posteriormente, para a passagem do elevador da Perimetral, que removeu o mercado municipal da Praça XV, do qual hoje em dia só uma das torres está de pé, e o próprio restaurante Calabouço. Do Museu Histórico Nacional nos dirigimos ao prédio do Ministério Público, situado na Avenida Marechal Câmara n 370. Ali, sem nenhuma referência nos dias atuais, funcionou o Restaurante Calabouço, onde Edson Luís foi assassinado.

O restaurante pensado para estudantes carentes funcionou inicialmente no prédio da UNE, no emblemático endereço da Praia do Flamengo n° 132, local que foi invadido e incendiado nos primeiros dias após o golpe de 31 de março, quando a instituição se tornou desde já um dos principais alvos da repressão.

O restaurante conhecido como Central dos Estudantes funcionou na Praia do Flamengo até 1951, quando foi transferido para o centro e batizado de Restaurante Calabouço em função

de uma prisão com o mesmo nome, destinada para escravizados localizada no complexo citado acima sobre o Museu Histórico Nacional. A partir dessa transferência, o local passou a ser administrado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME). Convém destacar que após a chegada do restaurante, o local passou a receber uma intensa frequência de estudantes atrás não só de uma alimentação de baixo custo, mas também de outros serviços que ali eram oferecidos, como a Policlínica, pequenos e acessíveis comércios e atividades culturais, inclusive em um teatro, promovidas pela UME. Além disso, foi criado o Instituto Cooperativo de Ensino, local onde Edson Luís estudava.

Em 1964, o restaurante foi fechado por três meses após o golpe com o intuito de desestabilizar os estudantes. E, em 1967, o governador da Guanabara, Negrão Lima, anunciou a demolição de todo o complexo para a modernização do local para a reunião com o FMI no Museu de Arte Moderna. A notícia provocou intensos protestos, que a ditadura criticou em documentos sigilosos como inabilidade política do então governador. Mesmo assim, não foi possível evitar a sua demolição. Em 15 de maio de 1967, o complexo caiu. Os estudantes se reuniram e por alguns meses passaram à ação dos famosos “pendura” nos restaurantes da cidade até que o Calabouço fosse reaberto em uma estrutura bastante provisória e inapropriada de galpões.

Em 28 de março de 1968, a polícia estadual invadiu violentamente o local durante a repressão a uma passeata. A invasão culminou com a morte de Edson Luís e o ferimento de diversos estudantes, dentre eles, Benedito Frazão Dutra, cuja morte chegou a ser erroneamente anunciada.

Do Edson Luís pouco se sabia. Na verdade, apesar do seu assassinato ter se tornado um importante episódio da ditadura, sobre o Edson Luís pouco se escreve e se fala. Nascido em 24 de fevereiro de 1950, no Pará, tinha recém completado 18 anos. Havia chegado ao Rio de Janeiro naquele ano. Diante da baixa oferta de educação secundarista no Brasil, aventou que a ex-capital federal poderia oferecer as oportunidades que não estava encontrando em seu estado. Na ficha de matrícula do Instituto Cooperativo de Ensino informou que tinha o curso primário e havia tomado conhecimento do local através de uma indicação. Como residência, informou que morava na Rua Cairuçu 302, em Vila Valqueire. No entanto, um significativo número de depoimentos afirma que Edson Luís, talvez pela longa distância, dormia no próprio Calabouço, onde fazia pequenos serviços. Os depoimentos, no entanto, divergem sobre ele ser ou não militante e integrar a Frente Unida do Restaurante Calabouço (FUEC). O certo é que diante de

todos os acontecimentos imediatos com o seu assassinato, nervosismos e tensão, até mesmo o nome de Edson Luís foi alterado para Nelson em seu atestado de óbito e em pichações nas paredes do centro da cidade.

Militante ou não, Edson Luís foi convertido imediatamente na vítima ideal para a mobilização contra a ditadura. Com apenas 18 anos, longe da família, sozinho no Rio de Janeiro, era um estudante pobre que estava no restaurante somente para se alimentar quando foi assassinado pelo Estado, confundido com um “subversivo”.³

Ferido, Edson Luís foi levado para a nossa terceira parada, a saber: a Santa Casa de Misericórdia. Mais uma vez o Brasil colonial cruza o nosso caminho. A Santa Casa é uma entidade filantrópica desde a sua origem, quando prestava diferentes serviços assistencialistas para pobres, presos e doentes. Estudos apontam que a do Rio de Janeiro teria sido fundada por José de Anchieta, no século XVI, na Praia (hoje rua) Santa Luzia 2 (hoje Rua Santa Luzia, número 206), local onde está situada até os dias atuais e onde ao longo dos anos foi ampliando as suas instalações.⁴ Apesar disso, Edson Luís não chegou nem a entrar no prédio histórico. Ali mesmo, nas escadarias que existem até hoje, os médicos declararam o seu óbito.

Cientes do impactante fato político e com receio que a ditadura manipulasse as notícias, os estudantes se “apoderaram” do corpo de Edson Luís, exibiram a sua camisa ensanguentada pelas ruas da cidade, e o levaram até Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, na Cinelândia.⁵ Ao se encaminharem até lá, cerca de um quilômetro, os estudantes passaram pela quarta parada do nosso trajeto, a Casa do Estudante do Brasil, que se somava a toda área de grande circulação estudantil.

Trata-se de um ponto importante do nosso roteiro por algumas razões, a saber: se cogitou que Edson Luís fosse um morador da casa, o que não é verdade; segundo, que é frequentemente confundida com a Casa do Estudante Universitário, localizada na Praia do Flamengo e alvo de intensa vigilância da ditadura; terceiro, por sua relação com a fundação da própria UNE.

A Casa do Estudante do Brasil foi fundada em 1929. Liderada por Anna Amélia Carneiro de Mendonça, que teve a parceria de Paschoal Carlos Magno, fundador do teatro do

³ Ainda há um ponto importante sobre Edson Luís sobre o qual devemos discutir que é a questão étnica.

⁴ Ver:

<https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/stcasarj.htm#:~:text=Inaugurado%20em%2027%20de%20julho,que%20adotou%20um%20estilo%20neocl%C3%AAsico.>

⁵ Onde hoje funciona a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro.

estudante, a primeira Casa funcionou inicialmente num prédio de 3 andares no Largo da Carioca, nº 11.⁶ Foi nesse espaço (também demolido para dar passagem para as obras de ampliação do centro da cidade) que a UNE foi criada 1938.⁷ Não raramente, em função da informação de que a UNE teria sido criada na Casa do Estudante do Brasil, confunde-se que teria sido no novo prédio, mas não foi. Foi num pequeno prédio do Largo da Carioca que já não existe mais. Com forte relação com o governo, aprofundada nos anos do Estado Novo, quando ganhou os recursos e o terreno para construir o prédio de 11 andares que visitamos em nosso percurso. Onde, além de abrigar estudantes, funcionou um teatro, uma editora e diferentes atividades artísticas.

Essa parada é importante não apenas pelas questões apontadas acima, como também por ter sido ali na Praça Anna Amélia que, em março de 2008, foi inaugurado o monumento à Edson Luís.⁸ Com a presença da sua mãe, a criação foi iniciativa do movimento estudantil junto à Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos. Embora a obra de Cristina Pozzobon esteja em péssimas condições de conservação, o monumento em ferro e na cor vermelha é uma significativa homenagem em um espaço que foi recorrentemente alterado.

Do monumento, seguimos em direção à Cinelândia. No caminho, passamos pelo imponente prédio do Ministério da Fazenda, construído durante o Estado Novo, onde foi a sede da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro; o prédio do Ministério da Educação, local de tantos protestos estudantis; e o prédio da Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, onde, em 19 de agosto de 1976, explodiu uma das primeiras bombas colocadas pela extrema-direita com o intuito de desestabilizar a transição à democracia.

Dali finalmente chegamos à Cinelândia, forte espaço cultural marcado pela presença da Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal e do Museu Nacional de Belas Artes. O espaço recebeu esse nome pela grande quantidade de cinemas de rua ali instalados, na primeira metade do século XX.

⁶ A Casa do Estudante do Brasil também tinha uma moradia na Rua do Riachuelo, 327. Assim como o prédio que abrigou os primeiros anos da Casa, esse local não existe mais fisicamente. No mesmo espaço foi construído um prédio residencial, maior e com mais apartamentos, e com a parte térrea explorada por estabelecimentos comerciais.

⁷ Há um longo debate sobre a data de criação da UNE. Se seria no ano de 1937 ou 1938. Adotamos aqui a mesma adotada pela instituição.

⁸ Para mais informações:

<http://inventariodosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&iCOD=62&iMONU=%C3%80%20Edson%20Luis>

Os estudantes acabaram tomando o prédio conhecido atualmente como Palácio Pedro Ernesto, mas que naquela época era a Assembleia do Estado da Guanabara. O episódio da morte de Edson Luís nos permite conhecer fissuras dentro do movimento estudantil. Universitários e secundaristas divergiam sobre a condução do processo. Diante de diferentes propostas sobre como conduzir a situação dali em diante, a vitoriosa foi a de que o corpo não deixaria a casa legislativa e o a autópsia seria feita ali mesmo.

A notícia do que havia acontecido no restaurante Calabouço circulou rapidamente pela cidade e um número cada vez maior de pessoas começou a chegar na Cinelândia para o velório. Os cinemas rapidamente alteraram os seus letreiros para “filmes” como *A noite dos generais*, o que corrobora com a ideia de que a cidade é também uma protagonista ao lado da sociedade. As imagens do corpo de Edson Luís em uma mesa, que ainda está no Palácio Pedro Ernesto sem nenhuma identificação, tornaram-se uma das mais simbólicas de toda a ditadura.

O enterro do Edson Luís aconteceria no dia seguinte no Cemitério São João Batista, em Botafogo. O cortejo saiu caminhando levando o caixão e palavras de ordem como “mataram um estudante, ele poderia ser seu filho” ou “do luto à luta” já tinham ganhado as ruas. Até o cemitério, com a cidade às escuras, contando somente com tochas improvisadas e a solidariedade de alguns moradores, o cortejo parou no prédio da UNE e seguiu para Botafogo.⁹

3. Considerações finais

Como vimos, o trajeto proposto nos permite discutir o movimento estudantil e suas várias faces; a violência política do Estado e o questionamento de uma unicidade em suas decisões, e, principalmente, o movimento secundarista tão frequentemente subalternizado. Existem fontes da ditadura, periódicos de escolas, como CAP-UFRJ, CEFET, Pedro II e o próprio O Metropolitano a espera de mais pesquisas. Permite ainda refletir sobre as transformações da cidade, o apagamento ou silenciamento de certos lugares e acontecimentos que resistem graças à memória e à história, ainda que fisicamente eles não existam mais.

Ao mesmo tempo é um apelo por mais políticas de memória numa cidade que protagonizou a história recente do país. Devemos, por certo, nos apropriar dessa cidade, de um centro tão esvaziado após a pandemia de covid-19.

⁹ Após a morte de Edson Luís ocorreram protestos na cidade e uma forte repressão no dia da sua missa de sétimo dia, mas que em função dos limites do texto não irei analisar

A Comissão Nacional da Verdade, em sua recomendação de número 28, sobre a preservação da memória das graves violações de direitos humanos afirmou que “a) preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos”. E que cabia ao Estado “b) instituir e instalar, em Brasília, um Museu da Memória.”¹⁰No entanto, como sabemos nada disso foi feito. A luta dos chamados empreendedores de memória é contínua, permanente e deve incorporar diferentes gerações.

Embora pouco se conheça sobre o próprio Edson Luís, sua morte mudou o curso daquele ano. 1968 estava apenas começando. Nada seria como antes. Como gravou Milton Nascimento em seu álbum *Geraes* (1976), “quem cala sobre teu corpo, consente na tua morte.”¹¹

Referências

Fontes:

Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade
Documentário Calabouço, um tiro no coração do Brasil

Bibliografia:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memória estudantis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007

DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência*. Campinas: Unicamp, 2008

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001

MARTINS FILHO, João R. *A rebelião estudantil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996

MULLER, Angélica. *Entre Estado e sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2005

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POENER, Artur Jose. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

QUADRAT, Samantha. *É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?* In: MAUAD, Ana Maria et al (orgs). *Que história pública queremos?.* São Paulo: Letra&Voz, 2018

¹⁰ Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, volume 3, pág 974

¹¹ Verso da música *Menino*, uma composição de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, em homenagem a Edson Luís.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. 68, a paixão de uma utopia, Rio de Janeiro: FGV, 1998

TEKLIK, Joanna e MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz. In: FLEURY, Béatrice e WALTER, Jacques. Memoria de la piedras. Buenos Aires: Ejercitar la Memoria, 2011.

Sobre os autores:

Samantha Viz Quadrat: possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1995), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professora associada de História da América Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) e no Núcleo de Pesquisa História e Ensino das Ditaduras (NUPHED). Tem experiência na área de História Latino-Americana, com ênfase nas últimas ditaduras e processos de redemocratização, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, violência política, direitos humanos, lugares de memória e consciência, ensino de História, biografias, juventudes e HIV-AIDS.

Informações coletadas do Escavador em 18/08/2023

Artigo recebido para publicação em: 26 de maio de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de agosto de 2023.

Como citar:

QUADRAT, Samantha Viz. Memórias da ditadura e da resistência no centro da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Transversos*. Dossiê: Por uma História do Turismo: Atividade e fenômeno turístico em perspectiva histórica. Rio de Janeiro, n.º. 28, 2023. pp. 223-233. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/78625>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.78625

